

Resenhas



por **Tânia Margarete Mezzomo Keinert***

A análise realizada no livro *Por uma Nova Gestão Pública*, pela professora Ana Paula Paes de Paula (UFMG), transita, com desenvoltura, pelos campos da administração, economia, ciência política e sociologia. Realiza "leituras" da realidade brasileira e da administração pública, especialmente dos períodos pós-1930 e 1980, com grande originalidade. O trabalho é bem escrito, fundamentado em ampla pesquisa bibliográfica, dotado de uma postura crítica e questionadora.

A obra retoma e aprofunda discussões também por nós realizadas anteriormente no livro *Administração Pública no Brasil: Crise e Mudança de Paradigmas* (São Paulo: FAPESP/Annablume Editora, 2000) em que constata-se, por meio da análise da produção técnico-científica em Administração Pública no Brasil no período 1930-1995, a emergência de um novo paradigma na época recente, baseado em uma nova relação estado-sociedade e em um novo modelo de gestão pública. Ana Paula coloca estas duas perspectivas em cheque, à medida que confronta a chamada vertente "gerencial" com outra, que denomina "societal".

Para examinar os dois modelos são utilizadas três dimensões: econômico-financeira, institucional-administrativa e sociopolítica. O modelo gerencial privilegia as duas primeiras, ao passo que o societal especialmente a última. Segundo a obra, porém, "é importante notar que, embora a vertente societal priorize a dimensão sociopolítica da gestão, ela também faz suas incursões no domínio da dimensão institucional-administrativa, já que elabora novos arranjos institucionais e de gestão." Fica claro, portanto, que a vertente gerencial possui um projeto acabado em relação à organização do aparelho do Estado e de métodos de gestão, ao passo que a vertente societal não tem uma proposta global para a organização do Estado e nem elaborou, mais sistematicamente, alternativas de gestão pública. Continuamos aqui, por mais que se tente superar, a vivenciar a velha dicotomia política-administração.

O trabalho envereda às vezes por questões perigosas, como ao advogar a necessidade de tecnologias especificamente desenvolvidas para a gestão pública, num momento institucional em que distinguir administração de empresas e administração pública se torna cada vez mais difícil, dado o hibridismo das novas organizações que vêm surgindo e das novas relações, especialmente a formação de redes cooperativas, entre instituições bastante diversificadas. Assim, quando afirma que "ao imitar a administração do setor privado, a administração pública gerencial posterga a elaboração de idéias, modelos e práticas administrativas que atendam às especificidades do setor público e à demanda por participação popular", pode-se estar incorrendo em demasiada generalização.

Não significa, com isso, dizer que a defesa do interesse público não exija uma postura diferenciada, o desafio é perceber que em algumas áreas existem diferenças profundas, ao passo que, em outras, semelhanças podem ser observadas. Creio que, à medida que se exige, das empresas, cada vez mais, uma postura ética e responsável socialmente, mais se criam pontos de convergência em torno da ampliação do espaço público. Além disso, observa-se, na prática, a emergência de instituições "mistas", como, por exemplo, hospitais privados que atendam tanto pacientes que realizam desembolso direto para pagar os serviços utilizados, quanto usuários da rede pública cujo ressarcimento é feito pelo Estado, e, ainda, uma rede conveniada com planos de saúde (sem contar que a maioria dos hospitais privados possui o seu próprio plano de saúde). Há, ainda, a formação de

*Pesquisadora Científica III, IS/SES/SP

consórcios ou redes de cooperação entre hospitais públicos e privados, baseados no princípio da solidariedade, pactos estes que têm o Ministério da Saúde e as políticas públicas do Sistema Unico de Saúde como seus principais referenciais. São novas relações que aumentam a complexidade da área pública.

Outra observação crítica que poderia ser feita, refere-se à questão da terminologia, à medida que, por exemplo, o movimento da “nova administração pública” data dos anos sessenta nos Estados Unidos, denominado *new public administration*, na Europa emerge com força o chamado *new public management* na década de noventa, e ao mesmo tempo os americanos criam a proposta “*reinventing government*”. Neste sentido, o título da obra parece ser uma provocação e um convite à reflexão, quando se denomina, não por uma nova administração pública, mas por uma nova “gestão” pública.

Também pode-se observar que, em relação aos níveis federativos de governo, existe certa dificuldade em comparar a administração pública gerencial, concebida no âmbito federal, com a administração pública societal, calcada sobretudo em experiências em nível local. De fato, constata-se que, ao passo em que o nível federal está descentralizando e repassando recursos e atribuições (ainda que centralize a arrecadação), as instâncias locais, de maneira geral, estão tendo que aumentar o seu aparelho administrativo, para dar conta das novas responsabilidades advindas dos processos de descentralização e democratização. São, portanto, espaços institucionais e gerenciais diferenciados.

Não obstante estas observações críticas, a obra apresenta uma contribuição importante aos estudos de administração pública, dado que desenvolve uma abordagem inovadora, ao mesmo tempo bem fundamentada. Pode-se dizer que o trabalho re-organiza o “estado da arte” em torno dos modelos de administração pública gerencial e societal. Trata-se de uma análise bastante ponderada, o que pode ser observado, por exemplo, quando são apresentados os limites e pontos positivos de cada modelo de gestão. Como constata a autora, citando Guerreiro Ramos, o processo de construção de uma nova administração pública é sempre inacabado, especialmente enquanto houver espaços democráticos para o seu aperfeiçoamento.

De grande riqueza é a agenda de pesquisa elaborada pela autora para dar continuidade aos estudos no campo, conclamando os pesquisadores da área a contribuir, de forma sistemática, para a ampliação do espaço público e para a construção de novas alternativas para sua gestão.